

**Propostas para mitigar perdas econômicas decorrentes de catástrofes naturais****Tema central da segunda edição das Conversas do Fórum, o evento reuniu especialistas para discutir propostas e caminhos para ampliar a proteção securitária da sociedade brasileira**

Durante as “Conversas do Fórum – Segunda Edição – O futuro do seguro frente às catástrofes e aos eventos climáticos”, realizadas pelo Fórum Mário Petrelli de Fomento do Mercado de Seguros, Previdência, Capitalização e Resseguros, especialistas do setor apresentaram ideias e propostas para contribuir com o desenvolvimento do mercado de seguros diante das mudanças climáticas e da ocorrência de eventos cada vez mais extremos.

Marco Antônio Gonçalves, presidente do Conselho Consultivo da MAG Seguros e diretor-presidente do Fórum Mário Petrelli de Fomento do Mercado de Seguros, falou sobre a escolha do tema, citando a tragédia do Rio Grande do Sul, em 2024. “O instituto do seguro não conseguiu prover as perdas. Foram mais de R\$ 89 bilhões de prejuízos e somente R\$ 6 bilhões foram cobertos pelo seguro. No Fórum, esse assunto é muito relevante, porque o nosso mote é ‘Sociedade mais protegida: o papel do mercado de seguros’”.

**Palestra** - Dario Luna Pla, Líder Regional de Soluções Estratégicas de Resseguro da Lockton Re para a América Latina e o Caribe, ministrou a palestra “A nova era do Financiamento à Proteção contra Desastres no Brasil. Oportunidades para o setor de seguros”, na qual apresentou como exemplo o programa de seguros paramétricos implementado no México.

Em 2006, o México foi o primeiro país a transferir o risco de terremotos ao mercado de capitais, por meio dos chamados cat bonds, com o programa CatMex. Entre 2009 e 2024, o programa MultiCat passou a transferir tanto os riscos de terremotos quanto os de furacões aos mercados de capitais.

A partir de 2025, em interação com o programa de cat bonds, o seguro paramétrico passou a oferecer cobertura para terremotos, erupções vulcânicas, furacões e enchentes. “A cobertura anual é de US\$ 1,2 bilhão. Quando começou (2026) era pouco mais de US\$ 200 milhões. Tanto para o mercado de seguros quanto para o mercado de capitais, isso traz muitas vantagens para o governo”, explicou.

O executivo é um dos principais arquitetos da estratégia de gestão de riscos de desastres do Governo Federal do México, pioneiro no desenvolvimento de seguros paramétricos na região e responsável pela criação do primeiro seguro paramétrico digital contra terremotos da América Latina voltado ao mercado de varejo.

**Painéis debatem ampliação da proteção securitária e desafios dos eventos catastróficos**

Dois painéis foram realizados com a participação de membros do Fórum. O primeiro, “A perspectiva da distribuição de seguros para catástrofes”, foi mediado por Robert Bittar, Vice-presidente da ENS e da Fenacor, e contou com a participação de Ariel Couto, CEO da MDS Brasil e Americas Regional Manager da Brokerslink; Henrique Brandão Júnior, presidente do Conselho do Grupo Assure e vice-presidente da Fenacor para Relação com o Mercado; e Rodrigo Botti, Country Head da Lockton Re.

Robert Bittar defendeu a criação de uma cláusula no seguro residencial que contemple perdas decorrentes da água. “Pelo menos com um sublimite da cobertura básica em dano por água. Nós temos no Brasil um problema com a nomenclatura, porque tratamos enchente, alagamento, tormenta e enxurrada como a mesma coisa, o que não é”.

**Cunho social** - Rodrigo Botti apresentou o trabalho desenvolvido por um grupo do Fórum para colaborar, sob os aspectos técnico e prático, com a criação de um seguro social destinado a indenizar a população afetada por alagamentos, enchentes e movimentações de terra. Os eventos

seriam atestados pelas Defesas Cíveis municipal e federal, com compartilhamento dos riscos entre seguradoras e resseguradoras e regulação a cargo de um órgão governamental.

“Desenvolvemos uma primeira proposta sobre como o setor público e o setor privado podem fazer o compartilhamento de risco, com uma indenização de valor fixo a ser depositada na conta do proprietário ou locador da unidade habitacional afetada pelos eventos cobertos. Poderia haver, ainda, uma cobertura adicional de auxílio-funeral”, afirmou.

**Gap de proteção** - Ariel Couto abordou o gap de proteção securitária. “No Brasil, 93% das perdas catastróficas não estão cobertas. Somente 17% das residências contam com algum seguro e, mesmo assim, a maioria contrata por causa dos serviços e das assistências. A cultura no Brasil não é de proteção. A gente não vai mudar a cultura de um dia para o outro, mas precisamos que todos se esforcem para que o seguro penetre mais na economia brasileira de uma forma geral”, defendeu.

**Acesso** - Diante da dimensão continental do Brasil, Henrique Brandão Júnior destacou as dificuldades e as oportunidades para os corretores de seguros ampliarem o acesso da população à proteção securitária. “Por mais que a gente discuta um produto e sua viabilidade, temos um problema de acesso, de alcançar áreas e lugares para que possamos oferecer essa proteção. Temos catástrofes reais em várias regiões do Brasil que precisam ser efetivamente colocadas na pauta política”.

### **A visão das seguradoras e resseguradoras em relação à proteção contra eventos catastróficos**

O segundo painel foi moderado por Antonio Penteado Mendonça, advogado e jornalista especializado em seguros, e contou com a participação de Paulo Botti, membro do Conselho de Administração da Enova Holding S.A.; Nilton Molina, presidente do Instituto de Longevidade da MAG Seguros; e Camila Calais, head do escritório Mattos Filho Advogados.

Mendonça provocou o debate ao questionar a aceitação de riscos por parte das seguradoras. “Eu tenho cobertura para enchente, no seguro residencial, limitada a R\$ 50 mil, que é o limite máximo oferecido. As seguradoras também têm que repensar a aceitação de risco. É um trabalho muito mais complexo e que o Fórum pretende avançar”, declarou.

**Viabilidade do seguro** - Com base em conclusões do Insurance Development Forum (IDF), Paulo Botti ressaltou que o futuro do seguro passa necessariamente pela redução dos riscos climáticos. “Se os índices catastróficos não forem reduzidos, não será possível transferir o risco, não será possível ter seguro. Não é o seguro sozinho que vai resolver o problema. Ele é um elemento dentro de uma cadeia de várias providências que participam da proteção catastrófica”.

O executivo também lamentou o baixo apetite das seguradoras para a aceitação de riscos de maior porte. “O apetite das seguradoras tem sido muito pequeno, e a quantidade de resseguro remetida ao exterior está cada vez maior, hoje, em torno de 70%”.

**Desafios jurídicos** - Camila Calais abordou os desafios jurídicos relacionados à proteção contra riscos catastróficos no Brasil e mencionou a revogação da Resolução CNSP nº 407/2021. “Ela dava uma liberdade contratual muito maior a uma série de riscos indicados na norma e a outros que poderiam ser excepcionados, desde que tivessem determinadas características. Entrou uma nova norma e vamos ter que nos debruçar sobre ela ao longo do tempo para entender como isso também vai impactar nossa discussão a respeito dos riscos catastróficos”, afirmou.

**Tsunami social** - Nilton Molina chamou a atenção para os desafios relacionados aos seguros sociais brasileiros, que classificou como um “tsunami social”. “É uma catástrofe anunciada. Refiro-me aos seguros sociais brasileiros, que já consomem 55% de todos os níveis de governo, de todos os impostos, taxas e contribuições feitas ao erário público, destinados ao INSS, ao Benefício de Prestação Continuada e aos regimes próprios de Previdência Social do governo. Daqui a 10 ou 15

anos, não haverá mais INSS. O Brasil vai ter uma renda mínima”.

O evento foi realizado no dia 19 de agosto de 2026, na Escola de Negócio e Seguros (ENS), em São Paulo (SP). Com transmissão on-line, disponível no canal Youtube:

**Fonte:** Conversas do Fórum/Karin Fuchs, em 21.08.2026.